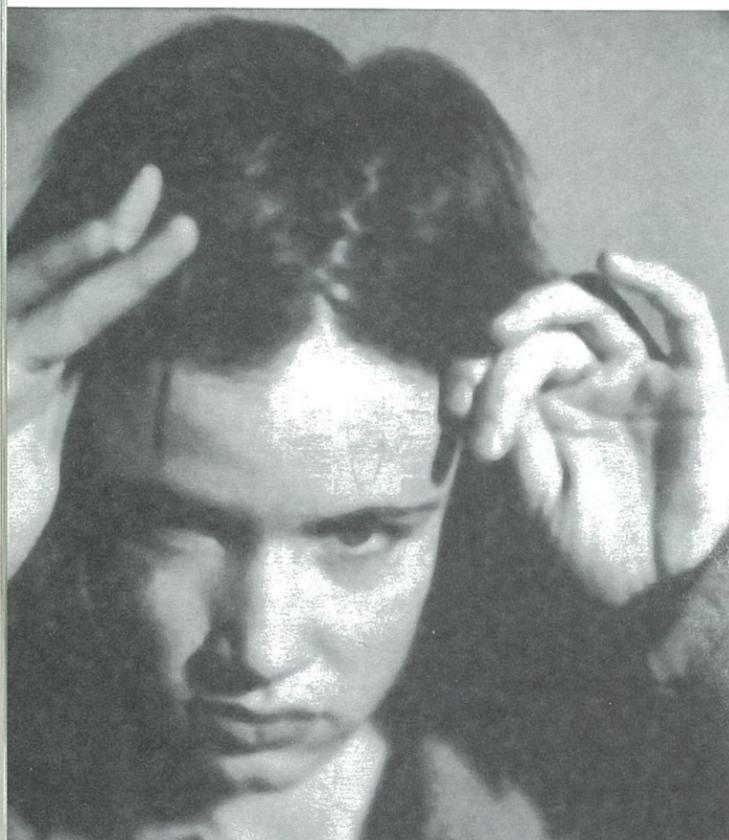


Psicologia e Orientação:

Alguns Desafios

JOAQUIM LUIS COIMBRA*



A **GENERALIZAÇÃO** do novo ensino secundário acontecerá no mesmo momento (ano lectivo 1993/94) para que está prevista a implementação dos Serviços de Psicologia e Orientação nas escolas. Trata-se, claramente, de uma coincidência temporal que, no entanto não deixa de sugerir a questão interessante e premente dos desafios que o novo ensino secundário coloca à intervenção dos psicólogos que trabalham nas escolas, designadamente no campo da orientação vocacional dos jovens.

A resposta a tal questão pode apenas ser tentada, desde logo, porque uma parte das condições – incluindo a emergência de novas necessidades e pedidos – com que a acção dos psicólogos se irá confrontar só será discernível à medida que a implementação da nova estrutura curricular se for realizando e consolidando. É possível, apesar de tudo, antecipar algumas delas à luz da nova configuração das formações secundárias e dos aspectos

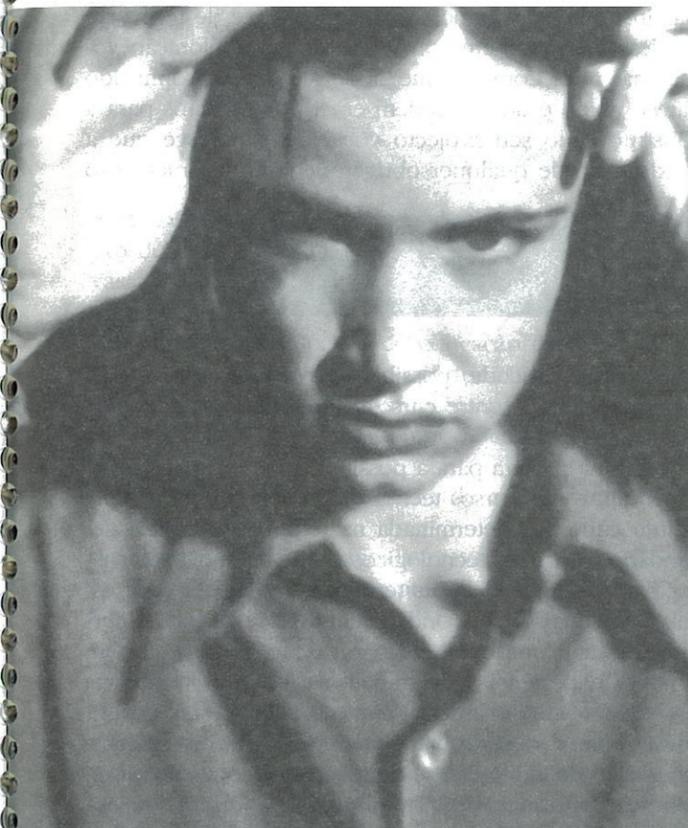
que a diferenciam da estrutura que a precedeu. É o que procuraremos fazer, tomando a expressão “novo ensino secundário” em sentido lato. Privilegiando os cursos que se inserem na modalidade regular deste nível de educação escolar, isto é, de cursos gerais e cursos tecnológicos, não deixando, contudo, de fazer referência aos seus equivalentes da modalidade não regular, que tecnicamente é designada por formação profissional: cursos profissionais e cursos de aprendizagem.

Interessar-nos-á a análise do ensino secundário a partir do ponto de vista da orientação e, especialmente, das implicações para aquela da nova arquitectura dos cursos secundários.

Uma primeira constatação prende-se com a diversidade da oferta de formação – cursos gerais, tecnológicos, profissionais e de aprendizagem –, susceptível de levantar algumas dificuldades aos jovens no sentido de complexificar a resolução da tarefa da escolha vocacional. Por isso, um primeiro desafio que se coloca à intervenção de orientação, é localizável a montante do próprio ensino secundário, isto é, no ensino básico e, de forma particularmente incisiva no seu terceiro ciclo. Será este o problema que merecerá a nossa maior atenção. Outras questões ficarão excluídas, o que não significa que uma reflexão sobre a orientação no âmbito da reforma do ensino secundário deva ficar resumida ao problema da escolha. A implementação da escolha, a confrontação com tarefas de aprendizagem, a adaptação e integração em novos contextos de formação, o questionamento e eventual redefinição da escolha, a integração das diferentes experiências formativas, a transição para o mundo do trabalho ou para o prosseguimento de estudos aparecem como outras áreas de problemas onde a orientação terá o seu papel.

Torna-se imperioso que os psicólogos *conbeçam* a lógica da orientação do ensino secundário, os fundamentos das opções tomadas, as semelhanças e diferenças entre os vários tipos de cursos, os seus objectivos e as necessidades a que pretendem responder, bem como os diferentes tipos de projectos sociais implícitos – nacionais ou locais – que a nova estrutura pode acolher. Porém, a referência ao *conhecimento* (dos psicólogos e outros profissionais do domínio) não implica que se considere que o problema da orientação dos jovens se põe prioritariamente em termos de conhecimento ou que a sua principal necessidade se exprime em carência de infor-

mação. Ao contrário é justamente para que possam desenvolver estratégias de intervenção, adequadas a promoção da *exploração*, pelos jovens, das alternativas de formação/processo em que os significados e os aspectos constituem a dimensão fundamental, uns e outros estruturando-se progressivamente a partir da acção/relação do jovem com o mundo vocacional (i.e., das formações e do trabalho) –, ultrapassando, portanto, meras estratégias de fornecimento de informação (com os resultados perniciosos que se lhes conhecem: estereotipização das representações profissionais, diminuição da complexidade cognitiva sobre as tarefas vocacionais, ambição de atitudes e comportamentos de procura e de questionamento activo), que se torne imprescindível que psicólogos e outros profissionais da orientação se apropriem da



lógica que preside à organização da oferta de formação secundária (e equivalentes) e da estrutura de oportunidades e constrangimento, que dela decorre. A reflexão centrar-se-á sobretudo em dimensões dessa lógica com particular interesse para a orientação: estatuto dos cursos, permeabilidade e flexibilidade na construção dos percursos de formação, aspirações vocacionais dos respectivos públicos – alvo.

Assim, haverá que tomar em consideração que a extinção das vias no ensino secundário (vocacional ou de ensino versus Técnico/profissional) parece ir no sentido de esbater a dicotomia – radicada nos discursos e representações sociais correntes – entre ensino “liceal” (clássico, teórico, académico, associado à preparação para diplomas universitários) e ensino técnico/profissionalizante (conotado com imagens tradicionais da formação profissional: prático, manual, onde a aprendizagem de gestos e de destrezas se sobrepõe a aquisições cultu-

rais e científicas). Obviamente, a transformação destes estereótipos – apresentados aqui na sua versão extrema – não ocorre de imediato nem sequer depende apenas da modificação da estrutura curricular, mas há que convir que esta pode exercer alguma influência, sendo que, no caso presente, a extinção das vias tende a aproximar o estatuto dos cursos (gerais e tecnológicos), consubstanciando uma estrutura mais equilibrada da oferta de formação.

Do ponto de vista da decisão política, a dignificação e valorização dos cursos tecnológicos visa estimular a procura social (a orientação dos jovens) em zonas consideradas prioritárias no que concerne às necessidades do sistema produtivo (profissionais altamente qualificados, técnicos intermédios), do ponto de vista dos jovens e da definição dos seus projectos pessoais, a extinção das vias – que consubstanciavam opções de formação tendencialmente mais desiguais, rígidas e estanques que as actuais – e a subsequente aproximação dos cursos gerais e tecnológicos diminui os níveis de escolha por um destes cursos, uma vez que a organização dos seus planos de estudos se pode considerar isomorfa em muitos aspectos, como veremos adiante. Por exemplo, a eventual redefinição do projecto de formação de um aluno que se queria transferir de um curso geral para um curso tecnológico – ou vice-versa – torna-se aparentemente mais facilitado, dada a permeabilidade que o equilíbrio da nova arquitectura parece consignar.

Tal flexibilidade pode assentar numa maior semelhança entre a organização dos dois tipos de cursos. De entre os indicadores que sugerem a tendência para uma relativa convergência podem destacar-se alguns.

A diminuição do número de cursos tecnológicos é susceptível de sinalizar a ênfase em formações mais “generalistas” nos cursos secundários predominantemente orientados para a vida activa (CSPOVA), além do imediato efeito de facilitar a escolha. Na verdade, a redução operada na quantidade de cursos oferecidos – de 33 cursos técnico/profissionais passa-se para os actuais 11 cursos tecnológicos – parece significar o abandono definitivo de uma concepção de formação que apontava para a especialização, em detrimento de uma que fortalece a formação de espectro largo, baseada em áreas de formação – com correspondência em domínios profissionais e famílias de profissões – assentes em fundamentos científico/tecnológicos comuns. Deste modo, o fulcro dos cursos tecnológicos deixa de ser o sector de actividade ou a profissão para que preparam para ser o núcleo científico e tecnológico que possibilita especificações várias – sectoriais, profissionais e regionais –, adiando-se a especialização para momento posterior (e.g., diplomas de especialização técnica ou artística em formação pós-secundárias), a consequência é o reforço da polivalência, isto é da formação geral (que sempre foi, entre outras características distintiva dos cursos gerais e daqueles que lhes antecederam).

As razões desta opção são várias, mas duas podem ser enumeradas como mais significativas: (a) a aceleração das mudanças científicas, tecnológicas, económicas e profissionais, que tornam inadequada – porque rapidamente obsoleta – a especialização precoce e que tem

BIBLIOTECA
U. P.

conduzido a um progressivo desenvolvimento da necessidade de investimento na formação geral dos jovens (aí incluída a formação tecnológica); (b) o desenvolvimento de alternativas de formação vocacionadas para níveis de maior especialização e de adaptação a necessidades locais (por exemplo, de emprego), os cursos profissionais e de aprendizagem, cuja consolidação "libertou" os cursos tecnológicos para uma resposta mais polivalente e de âmbito nacional.

Temos assim que, em termos de orientação dos alunos, a tendência deverá ser a de os cursos profissionais e de aprendizagem – mais localizados e oferecendo formações mais específicas – atraírem sobretudo jovens interessados no ingresso no mundo do trabalho, enquanto que os cursos tecnológicos apesar de não eliminarem essa possibilidade – interessarão juntamente com os cursos gerais, à população que deseja prosseguimento de estudos a nível superior.

Verifica-se, portanto, uma aproximação dos cursos tecnológicos aos cursos gerais do ensino secundário. Deve, no entanto, ter-se presente que esse movimento ocorre nos dois sentidos. A estrutura dos respectivos planos de

estudos oferece-se como outro indicador possível de análise.

Os novos cursos gerais (CSPOPE, cursos secundários predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos, na terminologia utilizada na Lei de Bases do Sistema Educativo) contemplam obrigatoriamente uma componente de formação técnica, que, embora com objectivos diversos dos da sua correspondente dos cursos tecnológicos – os cursos gerais (ainda?) não conferem qualificação profissional –, enfatiza a dimensão tecnológica como vertente essencial da cultura e da formação geral do aluno.

Tem no entanto, uma função diferente, com algumas implicações directas no processo pessoal de orientação, para além de aprofundar a cultura tecnológica do jovem e de lhe permitir o domínio de saberes e de competências instrumentais associada a componente de formação técnica serve também como ocasião de exploração vocacional num domínio que pode até ser desconhecido para o aluno e donde podem emergir elementos para a construção do seu projecto vocacional. Acresce que a inexistência de qualquer obrigatoriedade de articulação

– horizontal ou vertical – entre as componentes de formação técnica e científica possibilita a construção de itinerários diferenciados de formação no âmbito dos cursos gerais – contrariamente aos tecnológicos, onde a regra é, obviamente a da consistência na articulação entre as componentes de formação científica e técnica – requerendo, portanto uma atenção especial dos profissionais de orientação.

A convergência entre cursos gerais e cursos tecnológicos é ainda visível na organização das respectivas componentes de formação científica. Entre os cursos – de um e outro tipo – no interior do mesmo agrupamento existe um "núcleo duro" idêntico, constituído por um conjunto de disciplinas de formação científica, comum a ambos os tipos de cursos o que além de reforçar a permeabilidade entre si, garante condições adequadas e mais equitativas de candidatura ao ensino superior para alunos dos cursos tecnológicos.

Finalmente, deve observar-se que a componente de formação geral é comum aos dois tipos de cursos, atravessando os quatro agrupamentos. O mesmo acontece com a área escola e com as actividades de complemento curricular – sendo as últimas de frequência facultativa e oferta obrigatória –, segmentos onde a intervenção psicológica tem também um papel a desempenhar, embora não caiba aqui avaliá-lo.

Se tomarmos o ensino secundário no seu conjunto e em sentido amplo, verificamos que a estrutura "tripartida" dos planos de estudos (1. componente de formação geral ou sócio-cultural, 2. componente de formação científica, 3. componente de formação técnica, tecnológica e prática) constitui uma constante, independentemente do tipo de curso – incluindo os cursos profissionais e de aprendizagem –, o que preserva, a um outro nível, mar-

gens de flexibilidade, possibilitando a correspondência e permeabilidade entre cursos e a comparabilidade das formações.

Uma última palavra para a possibilidade de especificações terminais nos cursos tecnológicos: sem sacrificar a estrutura curricular determinada na reforma do ensino secundário, os cursos tecnológicos – mas não só – são susceptíveis de especificações terminais a gerir por cada escola individualmente e onde, além de especificações curriculares na componente de formação técnica, cabem também experiências de trabalho e estágios terminais. Não vale a pena insistir no elevado valor destas experiências para o desenvolvimento relacional dos jovens – integração de experiências de formação, concretização e aplicação de saberes e aprendizagens, aquisição de novas competências, exploração de ambientes de trabalho, preparação para a transição para a vida profissional, etc. – se elas forem preparadas, acompanhadas e intencionadas no quadro de uma lógica de orientação do aluno. Muitas questões ficaram por tratar, com evidente utilidade para os profissionais de orientação, desde a análise do carácter terminal às novas finalidades do ensino secundário. Preferimos restringir-nos, no espaço disponível, à exploração de elementos com interesse para a orientação a partir das formas de organização dos cursos. A este respeito, pensamos que a relação entre as dimensões de convergência e de permeabilidade entre cursos gerais e cursos tecnológicos do ensino secundário – que procuramos analisar – constitui um aspecto fundamental para a clarificação da natureza e do significado destas ofertas de formação para a orientação dos jovens.